

Senado votará licença para processos

Wanderley Pozzembom 21.04.97



Antônio Carlos Magalhães: réu em processos movidos por inimigos como o ex-governador baiano Nilo Coelho

ACM, que é citado como réu em três casos, promete liquidar até novembro todos os 27 pedidos de permissão encaminhados pelo STF

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), conseguiu o apoio dos colegas para desengatetar 27 processos em que o Supremo Tribunal Federal (STF) pede autorização para processar senadores. Nesse rol, há pedidos que aguardam a decisão do Senado desde 1991. "Até o final de novembro, todos estarão votados", garantiu Antônio Carlos.

O assunto foi tratado a portas fechadas. ACM alegou, em reunião na quinta-feira da semana passada, que não há justificativa para manter a questão em suspense. Ele é citado como réu em três desses processos.

Dois deles movidos por seus tradicionais adversários políticos, o ex-governador da Bahia Nilo Coelho e o ex-ministro do Bem Estar Social Jutahy Magalhães Júnior. O terceiro queixoso é o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Édson Vidigal.

Nilo Coelho entrou com uma queixa-crime porque Antônio Carlos, quando governador, libertou quatro presos por assalto e 150 detidos por pequenos furtos para protestar contra a demora da Justiça em decidir sobre denúncias que havia feito contra o próprio Nilo.

Já Jutahy alegou que as acusações de Antônio Carlos contra sua administração no ministério de Itamar Franco atingiam sua honra. Vidigal não gostou de ser chamado de mentiroso por ACM na matéria publicada por uma revista.

Nos pedidos de licença do Supremo são acusados 13 senadores e quatro ex-senadores, entre os quais um já falecido — Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

Existem quatro processos contra o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), três contra Ernandes Amorim (PPB-RO), dois contra Onofre Quinan (PMDB-GO), dois contra Esperidião Amin (PPB-SC) e dois contra Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Também estão na lista os senadores Lauro Campos

(PT-DF), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Júlio Campos (PFL-MT) e Carlos Wilson (PSDB-PE).

A maioria deles é alvo de denúncias eleitorais, como Lauro Campos, acusado de ter afixado material de propaganda em local público. Contra Onofre Quinan há uma denúncia da Procuradoria-Geral da República por irregularidades cometidas pela empresa Onogás, de sua propriedade. Já Ernandes Amorim é acusado de ter agredido a socos, quando era prefeito de Ariquemes, o denunciante Osmar da Silva.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) é alvo de processo por tentativa de homicídio movido pelo ex-governador da Paraíba Tarcísio Burity. A assembléia da Paraíba negou licença para processar Cunha Lima. Os senadores, agora, vão opinar sobre o caso: quando era governador, Cunha Lima disparou um revólver calibre 38 contra Burity. As balas feriram Burity no rosto.

RESISTÊNCIA

A Câmara dos Deputados resiste a autorizar processos envolvendo seus parlamentares. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara examinou nos últimos anos apenas 15 dos 36 pedidos de licença enviados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Como no Senado, não foi autorizada instauração de processo contra nenhum deputado.

"É um milagre conseguir votar 15 processos aqui", disse o presidente da CCJ, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Ele admite nunca ter visto a Câmara conceder autorização para que a Justiça processe deputado. A CCJ costuma arquivar todos eles.

O deputado Hélio Bicudo (PT-SP) — um dos juristas da Câmara conhecidos como "vampiros", pelas sindicâncias abertas a partir de denúncias contra colegas — costuma dizer que "não existe julgamento no Legislativo que não seja político".